



## Roda de intelectuais: memórias do Fórum Permanente de Educação Infantil do Rio de Janeiro

*Circle of Intellectuals: Memories of the Permanent Forum on Early Childhood Education in Rio de Janeiro*

*Rueda de Intelectuales: Memorias del Foro Permanente de Educación Infantil de Río de Janeiro*

Sonia Kramer<sup>1</sup>  
Pontifícia Universidade Católica

Rosiane Brandão Siqueira Alves<sup>2</sup>  
Pontifícia Universidade Católica

**Resumo:** Este artigo analisa a trajetória e o papel da/os intelectuais na fundação do Fórum Permanente de Educação Infantil do Rio de Janeiro (FPEI-RJ) e sua importância como espaço de práxis política na defesa do direito à Educação Infantil. O artigo se baseia em uma entrevista coletiva, realizada como roda de conversa, que constituiu uma das estratégias de pesquisa desenvolvidas com fundadoras e fundadores do Fórum. A investigação considerou sua trajetória acadêmica, militância e contribuições para as políticas públicas da Educação Infantil no Brasil. A partir das perspectivas teóricas de Gramsci e Bakhtin, a investigação discute a atuação das/os intelectuais orgânicos no campo educacional, bem como a função do Fórum como intelectual coletivo. Os resultados apontam para a relevância da articulação entre intelectuais e movimentos sociais na consolidação de políticas voltadas à infância.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Intelectuais; Políticas Públicas; Movimento social.

**Abstract:** This article analyzes the trajectory and role of intellectuals in the founding of the Permanent Forum on Early Childhood Education of Rio de Janeiro (FPEI-RJ) and its significance as a space for political praxis in the defense of the children's right to early childhood education. The article is based on a collective interview, held as a discussion group, which constituted one of the research strategies developed with the founders of the Forum. The investigation took into account their academic paths, Activism, and contributions to public policies on early Childhood Education in Brazil Drawing on the theoretical perspectives of Gramsci and Bakhtin, the study discusses the role of organic intellectuals in the educational field, as well as the function of the Forum as a collective intellectual. The findings underscore the importance of the articulation between Intellectuals and social movements in consolidating policies aimed at early childhood.

**Keywords:** Early Childhood Education; Intellectuals; Public Policy; Social movement.

**Resumen:** Este artículo analiza la trayectoria y el papel de los intelectuales en la fundación del Foro Permanente de Educación Infantil de Río de Janeiro (FPEI-RJ), destacando su

<sup>1</sup> Pós-doutorado na New York University. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: [sonia.kramer@gmail.com](mailto:sonia.kramer@gmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6812712541815164>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5776-2677>.

<sup>2</sup> Doutorado na PUC-RIO. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: [rosianebrandao14@gmail.com](mailto:rosianebrandao14@gmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5888209633454272>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6533-7745>.



importancia como espacio de praxis política en la defensa del derecho a la educación infantil. El artículo se basa en una conferencia de prensa, realizada coo grupo de discusión, que constituyó uma de las estratéguias de investigación desarrolhadas con los fundadores del Foro. La investigación consideró su trayectoria académica, militancia y contribuciones a las políticas públicas de Eeucación Infantil em Brasil. A partir de las perspectivas teóricas de Gramsci y Bakhtin, el estudio discute la actuación de los intelectuales orgánicos en el campo educativo, así como lá función del Foro como intelectual coletivo. Los resultados señalan la relevanica de la articulación entre intelectuales y movimientos Sociales em la consolidación de políticas dirigidas a la infânciâ.

**Palabras clave:** Educación Infantil; Intelectuales; Políticas Públicas; Movimento social.

---

**Recebido em:** 28 de maio de 2025

**Aceito em:** 17 de julho de 2025

---

## Introdução

A consolidação da Educação Infantil como direito constitucional a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, impulsionou a criação de fóruns estaduais e a mobilização social. O Fórum Permanente de Educação Infantil do Rio de Janeiro (FPEI-RJ) foi criado e organizado, na década de 1990, por educadores, pesquisadores e militantes, com o objetivo de articular teorias e prática na defesa do direito à Educação Infantil de qualidade.

O FPEI-RJ se posiciona como espaço de resistência e incidência política, promovendo debates, elaborando propostas e cobrando políticas públicas junto a órgãos como o Ministério da Educação (MEC) e secretarias municipais – e na capacidade de transitar entre diferentes esferas de poder sem perder autonomia.

Este artigo se baseia em pesquisa de doutorado já concluída sobre o Fórum do Rio de Janeiro (Siqueira, 2024). Na pesquisa, são apresentados o contexto e as histórias de onze de suas/seus fundadoras/es – entrevistadas/os individualmente e em uma entrevista coletiva – bem como a organização interna e as principais estratégias de atuação do FPEI-RJ, refletindo também sobre seu legado e desafios atuais. O presente artigo tem como foco a entrevista coletiva realizada após as entrevistas individuais<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), conforme parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa – Protocolo 64-2022, em 21 de junho de 2022.



## Intelectuais orgânicos e coletivos: contribuições de Gramsci e Bakhtin

As contribuições teóricas de Antonio Gramsci e Mikhail Bakhtin constituíram o referencial de análise que permitiu tanto conceber fundadoras e fundadores do Fórum do Rio de Janeiro como intelectuais orgânicos, quanto possibilitou dimensionar o seu papel na consolidação das lutas pela Educação Infantil no Brasil. Para Gramsci (1978; 2002; 2017), os intelectuais orgânicos emergem das próprias demandas sociais, saber técnico e compromisso político na construção de cultura. No contexto do FPEI-RJ, percebe-se como suas práticas engajadas traduzem em estratégias de incidência institucional e mobilização popular. Por sua vez, a perspectiva bakhtiniana sobre linguagem e interação social ressalta o caráter dialógico e polifônico das rodas de conversa, possibilitando identificar o Fórum como um “intelectual coletivo” onde vozes plurais se entrelaçam para produzir sentido a ação política compartilhada. Assim, Gramsci oferece o arcabouço para entender a organicidade e militância das/os sujeitas/os enquanto Bakhtin (1993,1997), ilumina os processos comunicativos que conferem ao Fórum sua dinâmica de escuta, tensão criativa e construção coletiva do conhecimento.

O estudo realizado se baseou na metodologia da história oral, abordagem qualitativa que buscou compreender a experiência das fundadoras e dos fundadores do FPEI-RJ por meio das suas narrativas registradas nas entrevistas realizadas individuais e coletivamente, com roteiro de perguntas semiestruturadas, permitindo conhecer suas trajetórias acadêmicas, engajamento político e contribuições na formulação das políticas para Educação Infantil. A história oral favoreceu registrar as vozes dos protagonistas do movimento, revelar aspectos subjetivos e coletivos da militância e das transformações institucionais ocorridas ao longo dos anos, conhecer as trajetórias das/os intelectuais envolvidas/os na fundação e desenvolvimento do Fórum e suas ações políticas e acadêmicas em defesa da Educação Infantil. Os dados revelaram como esse espaço se consolidou ao longo da década de 1990, articulando movimentos sociais, instituições acadêmicas e políticas governamentais para promover a inclusão da Educação Infantil na agenda pública.

A abordagem qualitativa, a história oral e a análise documental permitiram uma compreensão rica e detalhada das trajetórias e experiências da/os intelectuais envolvidos no Fórum. A triangulação das fontes – entrevistas individuais, roda de conversa, documentos – atas de reuniões, manifestos, cartas abertas, publicações oficiais relacionadas ao Fórum – garantiu maior rigor e aprofundamento na interpretação dos dados.

A análise dos depoimentos, individuais e na roda de conversa foram conduzidas à luz da teoria do intelectual orgânico e coletivo de Antonio Gramsci (2002), que reconhece o papel das/os sujeitas(os) engajadas(os) na construção de novos paradigmas sociais e políticos. Além disso, os conceitos de Mikhail Bakhtin (1997, 1993) sobre a linguagem e a interação social foram utilizados para compreender como os discursos e práticas desses intelectuais dialogam e se transformam ao longo do tempo.

Os relatos das/os entrevistadas/os evidenciam que o FPEI-RJ se constitui como espaço de articulação entre diferentes setores da sociedade civil e da academia, promovendo debates sobre a Educação Infantil no Brasil. A atuação do Fórum reflete o conceito de intelectual coletivo, pois integra práticas sociais e conhecimento acadêmico em defesa dos direitos da infância.

A pesquisa mostrou que a mobilização do Fórum foi crucial para impulsionar discussões sobre políticas públicas voltadas à Educação Infantil, especialmente em momentos de mudanças legislativas e desafios institucionais. As entrevistas revelaram que o Fórum é um ambiente de resistência ativa, na qual professores, pesquisadores e profissionais da educação colaboraram para ampliar a visibilidade da pauta da infância e influenciar decisões políticas.

A Educação Infantil, historicamente relegada a um papel secundário nas políticas educacionais, passou a ter maior reconhecimento e investimento a partir da atuação de espaço de resistência do FPEI-RJ. Dessa forma, revisar a trajetória do Fórum favoreceu não apenas resgatar sua memória e legado, mas também refletir sobre os desafios atuais e futuros da luta pela garantia do direito à Educação Infantil no Brasil.

A história do FPEI-RJ, contada com base nos relatos, do olhar e das percepções de fundadoras e fundadores, oferece uma compreensão profunda sobre a importância da participação de intelectuais na construção da Educação Infantil no Estado Rio de Janeiro.

### **História oral e roda de conversa: caminhos metodológicos da pesquisa**

A pesquisa se voltou para a trajetória histórica e política da construção da Educação Infantil no Brasil, destacando a consolidação dessa etapa como direito social a partir do final do século XX. Em especial, a investigação focalizou o papel de movimentos sociais, atores intelectuais e legislações que transformaram a creche e a pré-escola de práticas assistências em políticas públicas ancoradas no reconhecimento da criança como sujeito de direito.



Para isso, foram adotados procedimentos metodológicos diversificados: levantamento biográfico dos fundadores; pesquisa documental em anais de congressos e periódicos especializados; consulta a portais de organizações do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB); entrevistas individuais com roteiro de perguntas semiestruturadas; e uma roda de conversa com o grupo de intelectuais que compuseram o núcleo fundacional do FPEI-RJ. A análise documental e a pesquisa exploratória realizada antes das entrevistas com o colegiado do Fórum, contribuíram para identificar o grupo que constituiu o corpus da investigação.

O FPEI-RJ é um movimento social que desempenha papel fundamental na promoção da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Sua história é marcada por ações e debates, espaço para escuta, diálogos e mobilização, que são reconhecidas por contribuir significativamente para o desenvolvimento e consolidação políticas públicas, bem como para práticas pedagógicas voltadas para a defesa e garantia dos direitos das crianças pequenas.

No percurso inicial da pesquisa, trilhado durante e após o contexto da pandemia deflagrada pela infestação do coronavírus (Covid-19 instaurou-se a necessidade de isolamento social em diferentes regiões do mundo, inclusive no Brasil), diante dos altos índices de contágio e mortalidade. Face ao esse contexto, foram realizadas entrevistas com uso de tecnologia via acesso remoto, respeitando a instabilidade das condições de saúde e a escolha das/os participantes. Assim, foram realizadas entrevistas tanto remotas quanto presenciais.

As entrevistas procuraram fomentar o relato das trajetórias das/os intelectuais, compreendidas de maneira dialógica, visando a construção e reconstrução de sentidos. Durante a sua realização, foram abordados temas como a formação, experiência e memória de atuação no Fórum Permanente de Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro (FPEI-RJ), guiada por um roteiro que incluía: Trajetória Profissional e Acadêmica; Fórum Permanente de Educação Infantil; história como intelectual e militante; ações e relações institucionais.

O corpus da pesquisa baseia-se nas narrativas dos fundadores do Fórum, com a história oral como metodologia central, ancorada nos estudos de Alberti (1996; 2008) que adverte para a necessidade do rigor na história oral, articulando pesquisa histórica, etnografia e sensibilidade sociológica, ou seja, a construção de uma relação de sensibilidade e rigor com as/os sujeitas/os da pesquisa, uma relação de “cumplicidade controlada” (Alberti, 2013, p. 21). Na história oral, coexistem as subjetividades da



pesquisadora e do narrador. A pesquisadora, envolvida e situada, participa do processo investigativo de forma ativa e reflexiva.

As onze entrevistas realizadas individualmente, possibilitaram explorar, em profundidade, experiências, escolhas, trajetórias pessoais e profissionais. Foram entrevistados: Aristeo Gonçalves Leite Filho, Deise Gonçalves Nunes, Edson Cordeiro dos Santos, Maria Dolores Bombardelli Kappel, Maria da Luz Fernandes Perim, Martinez da Silva Vicente Simões, Maria Fernanda Rezende Nunes, Maria Luzinete de Martins Pereira Moreira, Maurício Camilo da Silva, Sonia Kramer e Yvone Costa de Souza<sup>4</sup>.

Um grupo heterogêneo de intelectuais com trajetórias marcadas pela militância política, engajamento comunitário e pela atuação acadêmica comprometida com os direitos da Infância. A articulação desse coletivo resultou na criação de um espaço político de resistência e mobilização social em defesa da Educação Infantil pública, democrática e de qualidade. Entre as/os fundadoras/es do Fórum estão profissionais oriundos de diferentes áreas do conhecimento - como Serviço Social, Educação, Psicologia, Estatística e Nutrição - cujas práticas foram historicamente enraizadas em experiências populares, movimentos sociais e espaços institucionais de formação e pesquisa.

Aristeo Gonçalves Leite Filho iniciou sua trajetória na educação popular nos anos 1970, atuando em projetos de alfabetização de adultos e formação de professores. Fundador e diretor da Escola Oga Mitá, também atuou no MEC, na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e presidiu a Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP) seção Rio de Janeiro. Atuou na coordenação do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Atualmente leciona na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Deise Gonçalves Nunes, assistente social de formação, foi professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenou Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Políticas Públicas, com foco em Educação Infantil, cultura política e movimento social. Edson Cordeiro dos Santos, é pesquisador e educador com formação multifacetada e compromisso com a Educação Infantil o levou a integrar o grupo fundador do FPEI-RJ, com forte atuação na Baixada Fluminense e em políticas para infância. Maria Dolores Bombardelli Kappel, atuou como pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e passou a integrar o campo da Educação para qualificar criticamente os indicadores sociais e educacionais. Realizou mestrado em Educação e aprofundou a

<sup>4</sup> Todas/os as/os participantes da pesquisa autorizaram o uso de seus nomes reais.



análise crítica sobre os dados educacionais, unindo a produção estatística à realidade das políticas públicas de Educação Infantil. Maria da Luz Fernandes Perim, nutricionista e professora, foi figura central na OMEP-Brasil e na articulação internacional pela Educação Infantil. Maria Fernanda Rezende Nunes, Professora em Educação Infantil do Departamento de Didática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Com forte engajamento em formação de educadoras populares, articulou pesquisas, militância e trabalho comunitário em sua construção como intelectual militante. Maurício Camilo da Silva, educador popular, fundou creches comunitárias inspiradas como a Casa da Mãe Trabalhadora e a Creche do Salgueiro. Organizou ações educativas, sendo um dos principais articuladores da luta por direitos na Educação Infantil. Yvone Costa de Souza, assistente social, atuou em creches e movimentos sociais desde a juventude, contribuindo para consolidação do Fórum a parti da Creche da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde ainda hoje exerce papel ativo, articulando políticas institucionais e práticas pedagógicas voltadas a garantia de direitos das crianças. Sonia Kramer, professora emérita na PUC-RIO, psicóloga e pedagoga, com longa trajetória ligada a Educação Infantil e aos movimentos sociais. Articulou teorias e práticas junto a movimento populares, creches e escolas vinculadas a projetos sociais e iniciativas comunitárias. Sua atuação é decisiva na criação e consolidação do Fórum enquanto espaço de práxis política.

Completam esse coletivo Maria Luzinete de Martins Pereira Moreira, pedagoga, liderança comunitária de São Gonçalo, articuladora de políticas públicas voltadas às creches comunitárias, e Marinez da Silva Vicente Simões, assistente social e militante da Baixada Fluminense, fundadora da rede de creche comunitárias, teve atuação destacada na formação de educadores comunitários e na organização do Fórum em nível regional e nacional.

Essas trajetórias, singulares e coletivas, conformam o FPEI-RJ como um espaço de construção político-pedagógica, expressão de um intelectual coletivo comprometido com os direitos das crianças e com a democratização das políticas públicas para Educação Infantil.

As entrevistas favoreceram a escuta de experiências singulares dos protagonistas da história da Educação Infantil no Brasil, confirmando a hipótese inicial da pesquisa de que a articulação entre fundadoras e fundadores do FPEI-RJ constituiu um movimento que impactou processos decisórios e resultados da gestão em projetos educacionais. As entrevistas revelaram também percursos, encontros e trajetórias que foram organizadas em três dimensões: (I) trajetória pessoal e acadêmica; (II) relações com a Educação



Infantil; (III) questões mobilizadoras. As histórias permitiram compreender a formação e atuação das/os intelectuais, suas concepções de sociedade e educação, e a permanência de seus ideais.

Cada entrevista ampliou a compreensão da história do FPEI-RJ, ao reconhecer os sujeitos como narradores(as) de si e do mundo, de acordo com a perspectiva de Bakhtin (1993,1997), para quem a consciência se constitui no diálogo. A entrevista coletiva foi proposta por uma das entrevistadas que sugeriu um encontro reunindo todas/os participantes da pesquisa. A proposta foi aceita pelas pessoas entrevistadas e foi realizada com o objetivo de colocar em diálogo o grupo fundador, suas memórias e análises sobre os acontecimentos que marcaram a organização do Fórum. Planejada e feita de forma presencial, após a pandemia, esta entrevista coletiva teve o clima, o sabor e a energia de uma roda de conversa.

Embora a roda de conversa extrapolasse os objetivos iniciais da pesquisa (Siqueira, 2024), ela se constitui, neste trabalho, uma fonte valiosa para rememorar as histórias contadas e vividas. O convite feito por telefone e whatsapp foi recebido com alegria e entusiasmo, e dez, dos onze convidadas/os compareceram ao encontro, do qual participaram também, como observadoras, cinco pesquisadoras – integrantes do Grupo de Pesquisa Infância Formação e Cultura (INFOC).

### **A roda de conversa como práxis coletiva: Memória compartilhada e escuta dialógica**

Num ambiente de lembranças, emoções, impressões e reações, numa tarde ensolarada de primavera, dia 28 de novembro de 2023, na sala do Departamento de Educação da PUC-Rio, nos sentamos em roda para ouvir e contar memórias, histórias e experiências. Conduzida e mediada pelas autoras do presente texto, o objetivo da roda foi compartilhar a história do FPEI-RJ, dialogar coletivamente sobre os principais aspectos destas histórias, bem como identificar e aprofundar a reflexão sobre lacunas ou ambivalências entre as histórias contadas.

Durante a roda de conversa, as histórias se entrelaçaram entre recordações e esquecimentos. Com base em Kramer (2007. p.73), destaca a natureza dinâmica e interativa das entrevistas coletivas, onde as/os participantes assumem papéis diversos, promovendo uma troca rica e espontânea de tal modo que as pessoas “fazem perguntas umas às outras, mudam de lugar e assumem o papel de entrevistador”. Essa estratégia metodológica possibilitou ainda explorar atitudes, opiniões e contextos que, por meio

da interação, colocam em evidência e problematizam o objeto da pesquisa (Kramer; Nunes; Corsino, 2005).

A análise dos relatos da roda de conversa foi realizada por meio de categorização temática, identificando eixos estruturantes que orientam a construção do Fórum e suas principais ações. Foram considerados os desafios enfrentados e as estratégias mobilizadas pelas/os intelectuais para assegurar a consolidação da Educação Infantil como um direito fundamental.

Os relatos destacam desafios enfrentados, como a resistência de alguns setores em reconhecer as creches comunitárias como parte do sistema educacional e a constante necessidade de pressionar o poder público para garantir a continuidade das conquistas.

Outro aspecto relevante identificado foi o impacto da atuação do FPEI-RJ na formação de novos profissionais da educação. A troca de experiências e a produção de conhecimento coletivo fortaleceram uma rede educadores comprometidos com a defesa dos direitos das crianças. Essa dinâmica reforça a importância dos espaços de militância para consolidação de uma Educação Infantil democrática e inclusiva.

Na roda de conversa emergiram agendas específicas e conquistas que ressaltam o papel do FPEI-RJ na articulação de diversos atores sociais, sua influência sobre políticas públicas e consolidação da Educação Infantil como direito constitucional. Dentre estas conquistas estão: 1. A inclusão de crianças de zero a cinco anos no Censo Demográfico do IBGE dos anos 2000; 2. A garantia de financiamento para as creches comunitárias; 3. O movimento “Fraldas Pintadas”, que assegurou a inclusão da Educação Infantil no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB) (Brasil, 2006). Além disso, o Fórum reforçou a formação de educadores e ampliou a visibilidade da Educação Infantil na agenda política.

Os itens abaixo desenvolvem e analisam as falas e comentários das/os entrevistadas.

### **A gênese do Fórum Permanente: entre memória, militância e mobilização social**

Criado na década de 1990, o Fórum Permanente de Educação Infantil do Rio de Janeiro (FPEI-RJ) emergiu como um espaço de mobilização coletiva e incidência política em defesa da Educação Infantil como direito de todas as crianças. Desde sua origem, o Fórum tem articulado demandas junto ao poder público, ampliando a participação de diversos atores sociais e consolidando-se como instância legítima de diálogo entre a sociedade civil e o Estado.

Na roda de conversa, foram feitas referências ao Fórum não como resultado da vontade individual de uma pessoa, mas sim da conjuntura sociopolítica do período de redemocratização:

O Fórum surge neste contexto, ele não surge da cabeça de uma pessoa. O Fórum é esse contexto sociopolítico de uma sociedade que está se democratizando e que tem esse espaço da sociedade civil [...] vai fazer a voz da sociedade civil porque não está nos conselhos (de direito e nem no conselho de política), é a sociedade civil discutindo e se fazendo presente nos conselhos. E aí surgem os Fóruns (Deise Nunes, Roda de conversa, 2023).

Esta fala reforça o caráter coletivo, horizontal e democrático do Fórum, criado em sintonia com outros movimentos sociais da década de 1980, no contexto da Constituinte de 1988. Esse momento histórico é rememorado como decisivo para a inclusão da Educação Infantil na Constituição Federal:

Em 85 foi feito pelo Ulisses Guimarães, ele vai chamar a sociedade para a Constituinte, esse movimento delas, de mais gente, vai ajudar a escrever uma nova Constituição. Como as crianças não tinham sido mencionadas na Constituição, elas fizeram. Porque tinha a Sonia, Solange Jobim. Elas vão fazer esse movimento e vai surgir o movimento “Crianças na Constituinte”. A partir deste debate entra na Constituição o termo da Educação Infantil e que só vai ser regulamentado na Lei de Diretrizes e Bases (Luzinete Moreira, Roda de Conversa, 2023).

Tal mobilização resultou na inclusão da Educação Infantil no texto constitucional, ainda que sua só regulamentação tenha ocorrido anos depois, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. O Fórum, por sua vez, teve papel estratégico nesse processo, como lembrou Luzinete Moreira, “o Fórum começou em 1993, com um pequeno grupo de pessoas que se articulam para discutir a Educação Infantil e pressionar o MEC”.

Deste então, o FPEI-RJ, manteve uma identidade marcada pela não institucionalização “A primeira ideia que me vem é a não institucionalização. Outros fóruns da Educação Infantil têm CNPJ, contador. Nós nunca tivemos isso e não queremos ter, somos um movimento. São 30 anos sem institucionalizar” (Aristeo Leite Filho, Roda de Conversa, 2023).

A recusa do Fórum do Rio em se institucionalizar juridicamente expressa a opção por uma forma de organização mais autônoma e crítica, distante de vínculos burocráticos e aberta à diversidade de participantes, mantendo o caráter de movimento social, como foi decidido no momento de sua fundação. Entre as/os militantes que compõem o Fórum, pode-se destacar, nos termos de Gramsci (2002), os chamados intelectuais orgânicos, sujeitos com engajamento



político que articulam produção e ação social articulados na vida prática dos grupos sociais, e que organizam e difundem concepções de mundo, mobilizam indivíduos em torno de projetos políticos, sociais e culturais, atuam como articuladores de sentidos coletivos e transcendem o papel de técnicos especializados.

A ação das/os intelectuais na interseção entre teoria e ação política, neste caso na luta pelos direitos da criança nos anos de 1980 e 1990, assim como as ideias que conformam suas posições, confirmam o entendimento do “[...] funcionamento de uma sociedade intelectual com as características de um momento histórico e conjuntural” (Silva, 2002, p. 12).

No desempenho de um papel articulador da teoria com a prática política, este intelectual “não só comprehende as contradições, mas coloca a si mesmo como elemento da contradição, eleva este elemento a princípio de conhecimento e, consequentemente, de ação” (Gramsci, 2017, p. 204). “A filosofia da práxis é uma filosofia da ação, que nega toda concepção contemplativa e mecânica do conhecimento” (Gramsci, Caderno 11 §12). Sua atuação não se restringe aos círculos acadêmicos e intelectuais, mas tem compromisso ativo com as lutas e demandas populares, têm a responsabilidade de romper com a hegemonia cultural dominante, buscar formas de conscientização e organização das classes subalternas, promovendo a construção de uma consciência crítica e a luta pelas mudanças sociais.

Para além da universalização, era imperativo assegurar a qualidade do atendimento e reduzir desigualdades, garantindo, enfim, o direito das crianças de zero a seis anos a uma educação pública de excelência. A roda colocou em destaque a trajetória de formação acadêmica de muitos militantes do Fórum e influenciou sua capacidade de incidência:

Na verdade, muitas dessas [creches] comunitárias já recebiam financiamentos de órgãos públicos [...] então, muitas dessas pessoas passaram a estudar, fazer especialização, mestrado e doutorado, e isso mudou a forma como o Fórum incidia nas políticas públicas (Edson Santos, Roda de Conversa, 2024).

Toda essa articulação entre saber técnico, experiência prática e mobilização política, foi decisiva para conquistas significativas, como a inclusão da faixa etária de zero a três anos no Fundeb. As falas revelam ainda que a atuação dos militantes do Fórum esteve diretamente vinculada à formação de marcos regulatórios que ampliaram a visibilidade e os direitos das crianças pequenas.



As/os entrevistadas/os presentes na roda de conversa foram unâimes ao mencionar que o Fórum representou e representa ainda uma experiência singular e potente de construção coletiva, na qual a escuta, a formação crítica, a produção de conhecimento e a militância se entrelaçam na defesa intransigente da infância como prioridade absoluta. Sua conexão, reflexão e ação tiveram impactos diretos sobre o trabalho com as crianças.

### **Impactos e relevância contemporânea**

A trajetória do Fórum demonstra sua importância contínua como espaço de luta e resistência. Os relatos compartilhados durante a roda evidenciam seu papel como lugar de resistência e de formulação coletiva de estratégias. O Fórum “era político e não era político partidário, ele tinha um reconhecimento, ele foi reconhecido, teve voz. Todo mundo chamava o Fórum para discutir” (Sonia Kramer, Roda de conversa, 2023). Esse reconhecimento institucional foi fundamental para que o Fórum pudesse incidir nas políticas públicas.

Além disso, a análise dos depoimentos evidencia que os intelectuais orgânicos desempenham papel estratégico na mediação entre os saberes acadêmicos e a prática educativa cotidiana. Essa interação resultou na elaboração de propostas inovadoras para o campo da Educação Infantil, que foram incorporadas a documentos orientadores das políticas educacionais. No entanto, as/os participantes destacaram as dificuldades enfrentadas ao longo dos anos, incluindo a necessidade de superar barreiras burocráticas e resistências institucionais à implementação das políticas defendidas pelo Fórum.

Assim, investigar este grupo de intelectuais fundadores implicou em reconhecer que suas ideias e trajetórias constituem testemunhos privilegiados dos diversos projetos formativos em disputa, os quais delineiam os rumos dos processos de formação das novas gerações. “Suas trajetórias são testemunho privilegiados dos diversos projetos formativos que demarcam as disputas em torno da direção dos processos de formação de novas gerações”, sendo que “produz a sua identidade à medida que avoca uma responsabilidade, função ou missão social específica” (Vieira, 2001, p.57).



## Incidência nas políticas públicas: creches, IBGE e o movimento Fraldas Pintadas

Em sintonia com o movimento internacional em defesa da Primeira Infância, o FPEI-RJ contribuiu para que órgãos como MEC e o IBGE passassem a coletar e divulgar dados específicos sobre o atendimento escolar de crianças de zero a cinco anos.

[...] os movimentos políticos e sociais em prol da primeira infância, fez com que tanto o MEC quanto o IBGE incorporassem em seus levantamentos de dados e nas divulgações dos resultados, informações mais detalhadas sobre o atendimento escolar à criança de 0 a 6 anos. Tais informações contribuem para o conhecimento e o acompanhamento das políticas implementadas em atenção à criança de zero a seis anos em nosso país (Dolores Kappel, Roda de Conversa, 2023).

Esses novos recortes estatísticos passaram a sustentar a avaliação e a formação de estratégias de expansão de serviços, sobretudo para faixa etária de zero a cinco anos, antes quase invisível nas pesquisas oficiais. Foi lembrado que a partir da pesquisa de padrões de vida realizada em 1995 pelo IBGE, em parceira com equipes de pesquisa da universidade que o Instituto pela primeira vez coletou dados sobre Educação Infantil para crianças de zero a cinco anos.

Ao final de três anos de trabalho de campo, o Censo de 2000 foi o primeiro a incorporar sistematicamente essa faixa etária, permitindo levantamentos setoriais por municípios e até por bairro. Essa conquista não apenas conferiu visibilidade às necessidades das crianças pequenas, mas também abasteceu o MEC com subsídios fundamentais para planejar a oferta de vagas e recursos, consolidando a lógica de que o IBGE faz a demanda da educação e o MEC com subsídios fundamentais para planejar a oferta de vagas e recursos, solidando a lógica de que ‘o IBGE faz a demanda da educação e o MEC faz a oferta do serviço (Dolores Kappel, Roda de Conversa, 2023).

O pioneirismo e a militância das/os intelectuais, profissionais nas suas instituições, parece ter sido, portanto, fortalecida pela atuação orgânica no Fórum e pela atuação coletiva do Fórum.

## Luta pelo financiamento das creches comunitárias

Como espaço de articulação e mobilização que congrega diferentes atores sociais, o FPEI-RJ desempenha papel decisivo na defesa dos direitos das crianças, articulando estratégia de incidência política, produção de conhecimento e apoio mútuo entre instituições públicas, movimentos comunitários e academia.



Foi lembrado na roda que nos anos 1990, o grupo já participava ativamente de seminários internacionais e debates sobre a regulamentação da Educação Infantil, influenciando diretamente a LDB e a deliberação nº 231 do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, que estabeleceu as normas para funcionamento das instituições de Educação Infantil no estado (Luzinete Moreira, Roda de Conversa, 2023).

As instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais – historicamente formadas em contextos de ausência de resposta estatal e lideradas majoritariamente por mulheres – foram legitimadas e fortalecidas pelo Fórum, que garantiu recursos e visibilidade a creches de base comunitária, por exemplo em 2012, o Manifesto em Defesa das Creches Comunitárias da Baixada Fluminense chamou a atenção dos municípios para a urgência na renovação de convênios e repasse de verbas. Essa atuação plural transformou a Educação Infantil “de um favor concedido em um direito reconhecido” (Deise Nunes, Roda de Conversa, 2023). Ao incluir vozes das creches comunitárias, o Fórum assegurou o financiamento dessas instituições, mesmo diante de intensos debates e resistências.

Além disso, o momento de maior impacto relativo às creches comunitárias foi em 1998, quando o Fórum pressionou o Conselho Estadual de Educação a rever sua deliberação, passando a reconhecer oficialmente as creches comunitárias, confessionais e filantrópicas no sistema educacional estadual (Edson Santos, Roda de Conversa, 2023).

A partir desse trabalho coletivo, o Fórum tornou-se referência para políticas públicas de Educação Infantil em diversos municípios do Rio de Janeiro, fortalecendo a rede de creches comunitárias, ao mesmo tempo em que serviu de apoio para programas de formação – como o curso de creches da Fiocruz e o Curso de Especialização em Educação Infantil da PUC-Rio – que passou a priorizar instituições públicas e comunitárias devido ao apoio e a visibilidade proporcionada pelo Fórum.

O Fórum [...] ajudou a sustentar este da Fiocruz curso, vindo voluntariamente, dando aula, palestras, seminários, que eram para todo o estado do Rio de Janeiro, era aberto e o Fórum nos sustentou dando visibilidade à luta, não só o trabalho que nós desenvolvemos na creche, mas o Fórum trazia para a gente, enquanto instituição pública federal, um espaço também de acolhimento e de discussões para a implementação, implantação das políticas públicas e visibilidades das crianças. [...] E este Fórum sustentou e sustenta ainda até hoje, muitas práticas, muitas ações e juntos com o Fórum nós fomos ampliando os acolhimentos no caráter estadual e abriu-se também para a discussão do nacional (Yvone Souza, Roda de Conversa, 2023).

O Fórum se distinguiu, portanto, pela combinação de vozes plurais, com uso estratégico de conflitos e a articulação histórica entre ação comunitária e influência institucional. Mas não se tratava somente da presença de diferentes atores. Mais do que



isso, a roda de conversa evidenciou a cumplicidade entre as participantes. Nesse sentido, apesar dos seus diferentes vínculos institucionais, seja à rede pública, privada ou comunitária, havia por parte da militância no Fórum compreensão de que as creches comunitárias exerciam um papel importante diante da omissão da esfera pública, ocupando o lugar de atuação do estado. Essa diversidade possibilitou a interlocução direta em diferentes esferas do executivo e do legislativo - do MEC ao Senado - e a articulação de pautas como a Creche no FUNDEB<sup>5</sup>.

A força do Fórum residia em sua capacidade de articular visões acadêmicas, políticas e comunitárias distintas, o que lhe conferia legitimidade junto a conselhos, câmaras legislativas e órgãos executivos. De acordo com as/os entrevistadas/os na Roda de conversa, esse reconhecimento parece ter sido também resultado da diversidade de lugares sociais dos membros do Fórum. Foi ressaltada “a dupla inserção de lideranças que transitavam entre MEC, instituições comunitárias, universidades [...] e movimentos populares, trazendo experiências diversas” (Aristeo Leite Filho, Roda de conversa 2023).

Essa dupla inserção – combinando vínculo com Estado (MEC, IBGE) e origem comunitária – deu ao Fórum legitimidade singular: ele não atuava só como ONG, nem apenas com órgãos públicos, mas como um espaço híbrido de resistência e proposições, capaz de transformar mobilização social em políticas públicas concretas.

“Ainda que houvesse divergências” (Luzinete Moreira, Roda de conversa, 2023) o espaço do Fórum acolhia identidades diversas sem dissolver seus princípios comuns. E os conflitos tinham caráter produtivo: como foi registrado na roda de conversa, participantes do Fórum se posicionavam em conjunto contra programas de baixo custo propostos nos anos 1980 e 1990 pelo próprio MEC, com creches e pré-escolas funcionando em pátios de escola, tendo mães atuando em rodízio como voluntárias. O Fórum antecipava debates sobre a tensão entre iniciativas assistencialistas e o direito à Educação Infantil pública de qualidade. Apesar da pluralidade, o Fórum definia princípios inegociáveis - Educação Infantil pública, universal e oferecida pelo Estado.

A gente tinha princípios. E a gente não abria mão de determinados princípios. Isso é importante ressaltar porque não é aquela coisa de “chega todo mundo, cada um com as suas ideias”, não. A gente acolhe tudo e acolhe o todo, mas era uma coisa que a gente tinha. A gente tinha esse cuidado (Deise Nunes, Roda de conversa, 2023).

<sup>5</sup> FUNDEB e a Emenda Constitucional (EC) nº. 53, em 2006, (Brasil, 2006) criados com o intuito de ampliar e fortalecer a distribuição de recursos para a Educação Básica em todo o país, a creche, ou seja, a criança de zero a três, não estava incluída, apesar de substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e ampliar a abrangência contemplando Educação Infantil, Ensino Fundamental e médio.



Assim, o Fórum não tinha apenas caráter consultivo, mas representava voz ativa na definição de políticas, regulamentos e financiamento, tornando-se referência nacional na defesa da Educação Infantil. A força do FPEI-RJ residiu e reside na combinação de pluralidade de atores, uso produtivo de conflitos, prolongada articulação político-acadêmica e compromisso com a formação contínua. Esse conjunto de atributos garantiu voz ativa na construção de políticas públicas de Educação Infantil e legitimação da infância como direito constitucional.

### Educação Infantil no FUNDEB

Conquistar financiamento para a Educação Infantil foi uma das principais bandeiras de atuação do FPEI-RJ. Na proposta inicial do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), instruído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 (Brasil, 2006) para substituir o FUNDEF (BRASIL, 1996) e ampliar a cobertura à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, a faixa etária de 0 a 3 anos foi deixada de fora.

Frente a essa omissão, o Fórum mobilizou o movimento “Fraldas Pintadas” para pressionar o Congresso e o Ministério da Educação. Na visão de um dos entrevistados na Roda de conversa, “o movimento Fraldas Pintadas foi uma das maiores vitórias do Fórum, porque conseguimos garantir que as crianças de zero a três anos entrassem no FUNDEB” (Aristeo Leite Filho, Roda de conversa, 2023) e esta foi a conquista mais significativa na história do FPEI-RJ.

O único direito que a gente lutou foi o movimento Fraldas Pintadas. Estava passando do Fundef para FUNDEB e tirou as crianças de 0 a 3 anos do Fundeb. Esse é o movimento em que a gente entrou e eu diria que, foi de autoria do Fórum do Rio do Janeiro (Aristeo Leite Filho, Roda de conversa, 2023).

Dessa mobilização nasceu, em 2005 o movimento “Fraldas Pintadas” – em alusão aos “Caras Pintadas” dos anos 90 -, que ganhou repercussão nacional com a criação de uma logomarca criada por Cláudio Ceccon<sup>6</sup>, e garantiu, por meio de forte pressão política, a inclusão das creches no Fundo.

A inclusão das creches no FUNDEB resultou de intensa mobilização do FPEI-RJ, que protagonizou a defesa das instituições comunitárias de Educação Infantil. Para além de

<sup>6</sup> Cartunista, arquiteto, jornalista e educador brasileiro.



reivindicar a incorporação das creches ao novo fundo, o Fórum pressionou pela nacionalização dos convênios que sustentavam esses serviços, num gesto que oscilou entre esperança inicial e o desencanto em face do descaso histórico às iniciativas comunitárias.

Ora, a filosofia da práxis de Gramsci, oferece uma base teórica fundamental para pensar esse contexto de forma crítica, articulando teoria e prática numa relação dialética, e compreendendo os sujeitos como históricos e ativos na luta por sua emancipação social, neste caso a intensa mobilização para incluir as creches no FUNDEB (Gramsci, 2017a).

Essa atuação ressaltou o papel do Fórum na reconfiguração da percepção das crianças pequenas como titulares de direitos, e não meros receptores de favores. Por meio de articulações estratégicas com secretarias municipais e demais agentes públicos – facilitadas pelo fato de o Fórum realizar suas reuniões na Delegacia Regional do MEC – o debate sobre Creche e Pré-escola como campo de direito educacional avançou significativamente. E, além de fortalecer direitos, o Fórum deu visibilidade à Educação Infantil como campo de direitos. No início, muitas secretarias sequer tinham creches e pré-escolas. Houve forte consenso na Roda sobre a força do Fórum e sua relação com a instância pública.

O Fórum se alojava, estrategicamente, na Delegacia Regional do MEC no Estado e as reuniões aconteciam no auditório Cândido Portinari, no Palácio Gustavo Capanema. Os municípios aderiram às reuniões, foi uma estratégia política importante, porque nas reuniões eles acabavam sendo pressionados a ofertar. Isso tem a ver com os direitos das crianças, o direito à educação, o direito à creche, pré-escola (Fernanda Nunes, Roda de conversa, 2023).

O FUNDEB, fruto desse amplo movimento social em prol da Educação Infantil, acabou por incorporar a creche como componente fundamental de sua proposta de financiamento – um avanço que – Segundo Nunes, Corsino e Didonet (2011), representou o aperfeiçoamento mais significativo da Emenda Constitucional nº 53 (Brasil, 2006, p.37).

Feliciano e Nunes (2023) analisam a fragilidade da creche no processo de inclusão no Fundeb e assinalam que:

[...] nas discussões da Câmara e do Senado para a aprovação do Fundeb 2005/2006, a Creche não se fazia presente, apenas a pré-escola. Aí reside um problema, pois, na disputa de recursos, a Creche representa o elo mais frágil da Educação Básica. Os discursos destacavam a potência desse espaço no desenvolvimento infantil, mas subestimavam a sua capacidade de influência na trajetória escolar dos indivíduos (p.6).

Já nas décadas anteriores, o Fórum atuou para defender o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) contra tentativas de redução de direitos – por exemplo, o debate sobre



maioridade penal – mostrando que sua luta não se limitou a direitos educacionais, mas abraçou toda a agenda de proteção integral à criança.

Esta mobilização para incluir as creches no financiamento da Educação Básica evidencia a habilidade estratégica do FPEI-RJ em influenciar a redação de política públicas, e reafirma o papel dos movimentos sociais na construção de mecanismos democráticos de financiamento da Educação Infantil, assegurando condições mais justas para a educação das crianças brasileiras.

### **Intelectuais militantes: trajetórias e formação na defesa da infância**

Um dos aspectos centrais na trajetória FPEI-RJ foi sua contribuição decisiva para formulação de políticas voltadas à formação de educadoras/es. As discussões promovidas pelo Fórum, evidenciaram, desde o início, a necessidade de uma formação continuada para profissionais da Educação Infantil, o que resultou na criação de programas e cursos voltados à qualificação docente. “A primeira ação Fórum foi na prerrogativa da formação. Isso já vinha sendo comentado no livrinho de Sonia Kramer<sup>7</sup>, que tenho lá em casa.” (Luzinete Moreira, Roda de conversa, 2023). Além disso, as discussões no Fórum foram fundamentais para que o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro revisse deliberações que inicialmente excluíam instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas da regulamentação educacional, garantindo seu reconhecimento dentro do sistema de ensino.

“Mesmo antes da LDB, já discutíamos a questão da formação” (Edson Santos, Roda de conversa, 2023). Esse processo foi vivido na prática por entrevistadas/os cujas trajetórias começaram nos anos de 1980, ou mesmo antes, com as mobilizações em função da Constituição de 1988, e que reuniam instituições públicas, Organizações Não Governamentais (ONGs,) e instituições comunitárias de diferentes municípios.

Vários momentos críticos foram ainda citados. Um se refere à deliberação 231/1998 do então Conselho Estadual de Educação que desconsiderava as instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas. A reação do movimento foi imediata: “Nós [...]], elaboramos o documento “Instituições Comunitárias: Ousando Existir”. O Fórum acolheu e chancelou o documento que levamos ao Conselho Estadual de Educação” (Edson Santos, Roda de conversa, 2023).

Outro relato evoca o I Simpósio Latino-Americanano, realizado em Brasília em 1993. Muitas mulheres envolvidas no movimento não tinham sequer o Ensino Fundamental, e

<sup>7</sup> Referência ao livro Pré-Escola nas mãos de Sonia Kramer.



a proposta do Simpósio era discutir a formação em nível médio. “Foi aí que invadimos o Ministério da Educação, lembra a entrevistada com humor. “Como exigir ensino médio se nem o fundamental era garantido?” (Luzinete Moreira, Roda de conversa, 2023). Após concorrerem à vaga de representação, três militantes do Fórum que atuavam em creches comunitárias foram ao Simpósio e se comprometeram a compartilhar o aprendizado com os demais. Foi nesse movimento de multiplicação que o Fórum nasceu, tendo a formação como uma de suas bandeiras. Na mesma época, o Fórum se aproximou de pesquisas e debates sobre formação docente, fortalecendo a articulação entre práticas comunitárias e produção acadêmica. “A formação foi nossa primeira ação política” (Luzinete Moreira, Roda de conversa, 2023).

O Fórum não apenas promoveu formação, mas construiu uma cultura no campo da Educação Infantil. “É um movimento social que uniu pensamento, conhecimento e prática social. Os conflitos existiram, mas foram motores de avanço, não obstáculos. Foi dialogando com as diferenças que construímos teses, monografias, políticas” (Deise Nunes, Roda de conversa, 2023). Mais uma entrevistada complementa afirmando que “O movimento vive em cada sujeito que dele participa. Essas pessoas se tornam polos e redes de formação. O Fórum ainda é, essencialmente, um espaço de formação” (Fernanda Nunes, Roda de conversa, 2023).

Assim, foi possível compreender que a diversidade de vozes e concepções foi o que moldou o movimento. Isso influenciou diretamente os rumos as políticas.

Gohn (2011) contribui para esta compreensão da ação do FPEI-RJ, ao destacar o papel dos movimentos sociais em um nível operacional-propositivo, cuja intervenção se concentra no planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas. Seguindo o princípio de pertencimento, para Gohn (2011) os movimentos sociais, ao realizarem tais ações, projetam em seus participantes um sentimento de pertencimento social, ou seja, “[...] aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (p.336).

Ao longo do tempo, o movimento comunitário respondeu à exigência de formação formal com ações concretas. A Solidariedade França Brasil, por exemplo, criou a programa “Volta à Escola”, para apoiar educadores a retomarem os estudos formais. “Hoje é raro encontrar alguém no movimento sem, ao menos, o curso normal. Muitas pessoas têm Graduação, outras chegaram ao mestrado” (Edson Santos, Roda de conversa, 2023).

E sobre esse tema, ainda uma lembrança afetuosa: “A gente ia sempre às palestras da Sonia Kramer. No círculo do Leandro, tinha café e todo mundo sabia que não éramos da universidade. Um dia entrei como aluna e o Leandro Konder brincou: “Você de novo aqui? Já



tinha assistido muitas aulas como ouvinte – mas agora era para valer” (Luzinete Moreira, Roda de conversa, 2023).

As falas e interações na roda de conversa com os intelectuais mostram como, desde sua fundação até hoje, o FPEI-RJ vem se consolidando e atuando como um espaço de formação profissional, política e institucional, assumindo eu papel de intelectual ou sujeito coletivo.

## Considerações Finais

A trajetória da Educação Infantil no Brasil é marcada pelo protagonismo de movimentos sociais, pelo engajamento de intelectuais e pela evolução normativa, mas permanece permeada por desafio de equidade de efetivação da qualidade, exigindo contínua mobilização e investimento público.

As conexões e vínculos entre diferentes sujeitas/os da sociedade civil, grupos populares, acadêmicos e profissionais, tiveram papel fundamental no desenvolvimento de uma ciência social da realidade concreta, na pretensão de entender a singularidade da pequena infância, associado ao compromisso social de oferecer uma educação de qualidade.

A pesquisa realizada evidencia que o FPEI-RJ se consolidou como um espaço de práxis política: a articulação entre intelectuais, educadores e militantes resultou em importantes avanços na Educação Infantil. A práxis política do Fórum se materializa na construção coletiva do conhecimento, na mobilização social e na proposição de políticas públicas que assegurem o direito à Educação Infantil. Na luta coletiva pela garantia de direitos se coloca como central a participação ativa da sociedade civil, a fim de influenciar e transformar as políticas públicas.

A história do Fórum reforça a necessidade da mobilização coletiva para garantir direitos educacionais e fortalecer políticas públicas, em especial em contextos de retrocesso ou ameaça aos direitos conquistados. A trajetória do FPEI-RJ revela como a organização de intelectuais e militantes possibilitou avanços concretos, como a ampliação do acesso à Educação Infantil e a regulamentação do financiamento de creches comunitárias. Além disso, o Fórum consolidou um espaço de formação e troca de experiências, contribuindo para a qualificação dos profissionais da Educação Infantil e para o fortalecimento das redes de apoio às crianças e suas famílias.

A pesquisa contribui para a valorização da história dos movimentos sociais na educação, reconhecendo seu papel na construção de políticas públicas mais justas e democráticas. Evidencia-se, assim, a importância do engajamento de intelectuais na luta por uma Educação Infantil de qualidade e acessível a todos, garantindo que os avanços conquistados sejam preservados e ampliados para as futuras gerações. A trajetória do



FPEI-RJ serve de inspiração para outras iniciativas que busquem a efetivação dos direitos da infância e reafirma a relevância da mobilização social na construção de um sistema educacional mais equitativo e inclusivo.

## Referências

- ALBERTI, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALBERTI, V. *Fontes orais: História dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Orais*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- ALBERTI, V. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.” *Anais. II Seminário de História Oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6767?show=full>. Acesso em: 10 de maio de 2025.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10.ed. São Paulo: Huditec, 1997.
- BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. 5 ed. São Paulo: Editora da UNESP e HUCITEC, 1993.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9424compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424compilado.htm). Acesso em: 15 mai. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Emenda Constitucional 53, de 19 de dezembro de 2006. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emenda/emc/emc53.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emenda/emc/emc53.htm). Acesso em: 12 abr. de 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm). Acesso em: 12 abr. 2025.
- FELICIANO, B. T.; REZENDE NUNES, M. F. Qual é o valor de uma educação infantil de qualidade? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 44, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/R9dTRMW3CBSbQ34hcDyVcBN/>. Acesso em: 10 de mai. de 2025.
- GOHN, M. da G. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Tradução Carlos Nelson Coutinho. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.v.1.



GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: Volume 2: Cadernos 11-14.* Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização, 2002.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História.* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

KRAMER, S. *Com a pré-escola nas mãos:* uma alternativa curricular para a educação infantil. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KRAMER, S; NUNES, M. F. R; CORSINO, P. *Profissionais de educação infantil: gestão e formação.* Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

REZENDE N., M. F; CORSINO, P.; DIDONET, V. *Educação Infantil no Brasil:* primeira etapa da Educação Básica. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

SILVA, H. R da. *Fragmentos da história intelectual:* entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SIQUEIRA, R. B. A. *Intelectuais e militância:* o Fórum Permanente de Educação Infantil do Rio de Janeiro como espaço de práxis política. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 208.

VIEIRA, C. E. O movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e ideias educativas de Erasmo Pilotto. *Educar em Revista,* Curitiba, n. 18, p. 53-73, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/241>. Acesso em: 11 de mai. de 2025.